

A construção negativa da imagem do negro no âmbito escolar

Leide Laura Almeida dos Santos*
Maria Telvira da Conceição**

Resumo

O presente artigo objetiva contribuir com a discussão a cerca da construção negativa da imagem do negro na escola a partir da percepção do racismo dos educandos da rede pública de ensino. A pesquisa foi realizada na escola Zila Belém na cidade de Juazeiro do Norte-CE no semestre 2008.1. Os sujeitos da pesquisa foram 35 alunos do 9º ano devidamente matriculados na referida instituição. A metodologia trabalhada foi a aplicação de instrumento de coleta de dados orais através de questionário contendo questões referentes ao racismo e as oportunidades de emprego formal em relação à etnia negra no contexto do Juazeiro do Norte. E cujo referencial teórico se deu a partir de autores que discutem a problemática do racismo no Brasil e, pontualmente no sistema educacional. Através da análise dos dados, concluímos que os educandos dessa instituição possuem uma concepção negativa em relação à etnia negra.

Palavras-chave: Negro. Racismo. Escola

Abstract

The objective of article is to contribute by discussing about the negative conception of Negro image in the school based on the perception of racism the students from public school. The research took place at Zila Belém School in Juazeiro do Norte in 2008 first semester. 35 students from Zila Belém School studying at 9th grade were interviewed. Oral data collecting by questionnaire concerning Negro ethnicity in Juazeiro do Norte's context was the methodology used. Theoretic takes basis on authors who discuss the problem of racism in Brasil and mainly on the educational system. By data analysis, it is concluded the students from that institution have a negative conception relating to Negro ethnicity.

Key words: Negro, Racism, School

* Graduanda em História pela Universidade Regional do Cariri- URCA E-mail: lauraaldeota@yahoo.com.br.

** Mestre em Educação. Professora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri-URCA

Introdução

Como se dá a percepção da discriminação do negro no âmbito escolar? Qual a opinião desses educandos a respeito da situação do negro no Brasil? Qual o papel da escola na permanência do racismo? Essas questões são importantes para pensarmos em caminhos mais eficientes no combate ao racismo e a discriminação no âmbito escolar. A escolha da turma onde foi realizada a pesquisa se deu pelo fato desses alunos estarem, possivelmente, terminando sua formação do nível fundamental escolar nesse estabelecimento de ensino.

A Lei Federal nº. 10.639/03 que modificou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei nº. 9.394/96 ao instituir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” nos sistemas de ensino municipal, estadual e federal, em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares possibilitou a inclusão da temática sobre questões étnico-culturais no currículo. Essa inclusão procura reparar, reconhecer e valorizar a história, a cultura e a identidade da população afrodescendente. No entanto, a aprovação da lei 10.639/2003 embora represente um avanço no sentido do combate ao racismo e a discriminação, da promoção da igualdade racial, da valorização da cultura e da história dos afrodescendentes, infelizmente não garante sua efetiva realização. Devemos considerar que a implementação da lei requer um conjunto de mudanças, sobretudo, na formação dos professores e da própria cultura escolar entre outras coisas porque a escola não é o único lugar responsável pela re-definição das relações étnico-raciais no Brasil.

As tensas relações entre brancos, índios e negros fazem parte da nossa história e estão também vivenciadas no âmbito escolar onde, muitas vezes são simuladas como harmoniosas ou tratadas como singulares e normais pelos profissionais da educação. Isso torna importante o debate sobre as dimensões das relações raciais na escola e em todos os espaços sociais trabalhando o reconhecimento, valorização e o respeito às diferenças étnico-raciais.

Concepções de superioridade cultural e racial sempre foram fatos da nossa sociedade, em especial nas escolas, e introjetados por professores e alunos, nesse segundo caso. E esses educandos muitas vezes assimilam e reproduzem essas concepções de superioridade a partir de gestos e comportamentos. Essa reprodução e assimilação de superioridade racial foram verificadas entre os entrevistados desse estudo. Constatação que vai ao encontro do que afirma Fávero,

Conceitos como raça, racismo e preconceito tornam-se mais importantes quando refletimos a respeito de qual o impacto da discriminação sobre a população negra e não negra e sobre o papel que a escola tem desempenhado para discutir situações de racismo e discriminação envolvendo a população pobre e negra desse país. A questão é, também social. (FAVERO, 2007: 1)

Segundo Guimarães (1999:38-39) as pesquisas científicas com base nas “relações raciais” são de inspiração norte-americana, em especial no Brasil onde adquiriu um modelo refinado de distanciamento social baseado, sobretudo em diferenças fenotípicas, e cristalizado num vocabulário cromático. Nessas condições, o autor afirma que o conceito de raça está presente ainda que não seja pronunciado, e a diferenciação entre tipos de racismo só pode ser estabelecida através de análise de sua formação histórica particular e específica. Ainda segundo Guimarães (1999:39): “Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar, que o racismo é um tabu. De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial.”

Partindo da percepção de que o racismo e a discriminação são muitas vezes tratados como “tabus” na imaginação do brasileiro e que representam um mal muito forte em nossa sociedade tentaremos traçar discussões sobre o racismo na perspectiva dos estudantes objetos do estudo.

Entendendo o racismo segundo Guimarães (1999), como uma forma bastante específica de “naturalizar” a vida social isto é, de explicar diferenças tomadas como naturais, procuraremos entender como se dá a percepção da discriminação do negro no âmbito escolar. Para tanto iniciaremos por nos reportarmos aos principais marcos históricos que contribuíram para essa percepção negativa do negro em nossa sociedade.

1. Heranças do pensamento escravista e colonialista

Percebemos que muito do pensamento escravista e colonialista ainda está presente na cultura e nas práticas discriminatórias atuais. É evidente que esse pensamento ganha novas roupagens e desenvolveram novas estratégias de discriminação.

Durante o período escravista brasileiro os negros sofriam todos os tipos de violência em nome das suas “qualidades negativas”, materializadas num conjunto de instrumentos e estratégias de tortura e castigo para domar e subjugar os escravos. Essas qualidades negativas e estratégias de tortura foram usadas também para fortalecer no escravo uma idéia negativa de si mesmo e de sua etnia, conforme mostra Guimarães,

O racismo colonial, fundado sobre a idéia da pureza de sangue dos colonizadores portugueses, cedeu lugar, depois da independência do país, à idéia de uma nação mestiça (Skidmore, 1993; Wright, 1990; Wade, 1993), cuja cidadania dependia de lugar de nascimento (a nossa “naturalidade”) e não de ancestralidade. (GUIMARÃES, 1999:45)

É fato histórico a existência de uma série de estigmas associados à cor negra durante esse período escravista brasileiro, fazendo com que a diferença de pigmentação da pele se tornasse, entre os escravos, escravistas e outros agentes desse processo, um elemento

distintivo da posição social. Por isso alguns escravos, principalmente domésticos, alimentavam o desejo de branqueamento. Esse branqueamento é a consequência da rejeição simbólica do “negro” e do “africano” e do caráter assimilacionista que pressupõe desigualdade de tratamento, ainda quando prevaleça o princípio de igualdade diante da lei, de acordo com Munanga,

Apesar de o processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças dos negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na “negritude e na mestiçagem”, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior. (MUNANGA, 2004:16)

Os negros usaram várias estratégias de luta ao longo da história tais como, formações quilombolas, adesão ao catolicismo mascarando os orixás, criação de Irmandades, entre outras resistências que começaram ainda quando eram arrancados do continente africano. Para tentar controlar as resistências dos escravos, os escravocratas utilizavam-se de “estratégias” como, desmembramento de famílias, castigos físicos cruéis, imposição do catolicismo, condenação de religiões de matriz africana, entre outras.

No Ceará essa constatação não é menos verdadeira apesar do mito de que aqui “não há negro. Vejamos a população negra no Ceará segundo o censo do IBGE (2005) é constituída de 62%, aproximadamente, o período de mais intenso movimento migratório de negros no Ceará se inicia a partir do século XIX e a escravidão tenha sido menos expressiva na então província em comparação a outras no mesmo período”.

No Cariri os principais povoadores buscavam jazidos de metais preciosos, falhada a expedição os colonizadores procuraram desenvolver outras atividades utilizando a mão de obra negra e escrava, adquirida para a exploração das minas. Vejamos o que nos diz a esse respeito Guilherme Studart (1892: 69): “Foi durante o curto espaço de tempo de funcionamento da Companhia do Ouro das Minas de São José dos Cariris, que se deu a entrada organizada de escravos negros no Ceará.”

Com a abolição da escravatura, feita por pressões econômicas e sociais internas e externas em 1888, a elite intelectual brasileira pensa e elabora um novo projeto político para o país e a redefinição da questão do trabalho direciona os destinos da população negra para um processo de contínua exclusão, até hoje não superado, como nos afirma Valente,

Desacreditado e descartado como trabalhador livre nas atividades em expansão e mesmo naquelas que puderam ser desenvolvidas com seu trabalho, o negro se viu forçado a desenvolver atividades de pouco ou nenhum prestígio social, que reforçaram sua imagem negativa. (VALENTE, 1987:22)

Nessa situação o negro teve que competir com o imigrante branco onde a questão da cor foi usada como arma de desqualificação do trabalho dos negros pós-abolição.

De acordo com a análise dos questionários contendo perguntas relacionadas ao racismo à igualdade e às relações amorosas entre negros e brancas, à condição social do negro e a sua organização contra o racismo e a exclusão social, verificamos a forte negatividade ligada a imagem do negro na perspectiva dos educandos, objetos do estudo um dado que vai ao encontro do que argumenta Guimarães,

A doutrina liberal do século XIX, segundo a qual os pobres eram pobres porque eram inferiores, encontrava no Brasil, sua aparência de legitimidade no aniquilamento cultural dos costumes africanos e na condição de pobreza e de exclusão política, social e cultural da grande massa dos pretos e mestiços. A condição de pobreza dos pretos e mestiços, assim como, anteriormente, a condição servil dos escravos, era tomada como marca de inferioridade. (GUIMARÃES, 1999:47).

Vejam os principais resultados da pesquisa: 85% dos entrevistados concordam que existe racismo no Brasil, 58% concordam que não existe igualdade de oportunidades entre negros e brancos, 76% consideram normais as relações amorosas entre negros e brancos, 91% dos educandos afirmam que o negro e seus descendentes se concentram em locais pobres e em estado de exclusão social, 82% acreditam ser importante a existência de organizações negras, enquanto 14% acreditam serem desnecessárias esse tipo de organização e 2% acham inúteis estas iniciativas de união negra.

A interpretação desses resultados seguiu na direção de contatar o que outros estudos já denunciam, o racismo brasileiro traz com conseqüências sobre direitos e as oportunidades de vida dos atingidos perpetuando-se na estamentação social e falta de políticas públicas efetivas para reverter a situação de exclusão do negro na sociedade brasileira, como nos diz Guimarães,

O racismo se perpetua por meio de restrição factuais da cidadania, por meio da imposição de distâncias sociais criadas por diferenças enormes de renda e de educação, pó meio de desigualdades sociais que separam brancos de negros, ricos de pobres, nordestinos de sulistas. (Guimarães, 1999:57)

2. A Lutas contra o racismo dentro e fora da escola

A constituição de uma identidade nacional e a criação do mito da democracia racial pautada na “mistura de raças”, é um processo que vem se construindo a muito tempo embora se acentue na década de 30. Escondendo assim a crescente subordinação social que atinge em maior grau os negros. Nesse contexto surge a Frente Negra Brasileira com o objetivo de inserir o negro na sociedade brasileira, principalmente através da educação. A Frente Negra foi encerrado com a ditadura de Getúlio Vargas em 1937, após ter se tornado partido político.

Com a redemocratização do país pós-64 veio à promulgação da Constituição de 1988, colocando todos como iguais e permitindo a liberdade de credo e considerando o racismo como crime. Esse é um marco significativo para a população negra, o reconhecimento da existência do racismo e liberdade de culto às religiões de matriz africana no Brasil.

Esse reconhecimento se deu pela luta do Movimento Negro Unificado criado em 1978, com objetivo de combater o racismo e incentivar a população a participação social.

Essa última década do século XX é marcada por uma estabilidade econômica no país graças ao Plano Real, mas mesmo nessa fase dados oficiais mostram que o abismo entre a população negra e do restante da população é muito grande no tocante ao acesso aos direitos sociais como: educação, saúde, moradia, emprego entre outros. Isso forçou os governos a iniciarem discussões para implantação de políticas de ações afirmativas e de democratização. Segundo dados do IBGE (1991) os afrodescendentes representam 45,3% da população brasileira. No entanto, as estatísticas educacionais revelam a desigualdade de oportunidade no que diz respeito ao acesso e permanência no contexto do sistema público de ensino.

Em relação à exclusão social, no tocante as condições de moradia os negros são os mais atingidos e o que mostra também os dados da pesquisa no contexto em discussão pois 91% dos entrevistados acreditam que os negros se encontra em sua maioria, em bairros pobres de Juazeiro do Norte. Ou seja, o negro é fortemente ligado à questão da pobreza e marginalização social ocupando o espaço geográfico marginalizado e pobre, dado exposto de forma clara pelas crianças entrevistadas, em sua maioria composta também por afrodescendentes.

Verificamos que o mito da democracia racial começa a ser enterrado e surgem medidas como, pré-vestibulares para afrodescendentes, a lei 10.639/03, as reservas de vagas nas universidades, as tão polêmicas “cotas” sociais. A partir daí várias medidas são tomadas, no sentido de atender demandas históricas da população negra pautadas na necessidade de contemplar a valorização do patrimônio de matriz africana dentre outras. Buscando ainda políticas educacionais que afirmem a importância da construção de uma identidade negra no âmbito escolar, conforme ressalta Oriá,

Consideramos, pois, de fundamental importância a inclusão do ensino de história da África no currículo da educação básica, por saber que a instituição escolar tem um papel fundamental no combate ao preconceito e à discriminação, porque participa na formulação de atitudes e valores essenciais à formação da cidadania de nossos educandos. (ORÍÁ, R, 2005:381)

É preciso no entanto estarmos atentos para as limitações e intenções por trás dessas ações e lutarmos por ações mais abrangentes comprometidas com as camadas amplas e

heterogêneas de nossa sociedade e com uma verdadeira e tão sonhada democratização dos direitos e oportunidades.

Outro ponto a ser observado são os indicadores sociais que denunciam a exclusão social dos negros com pouca representação no mercado de trabalho formal, nos postos de decisão, nas universidades do país e em contra partida representam as maiores vítimas da violência de acordo com órgãos oficiais nacionais e internacionais.

Também é importante estarmos atentos às conseqüências do racismo no âmbito escolar. Vejamos o que Cavalleiro (1999) destaca como principais prejuízos do racimo e da discriminação racial dentro da escola.

Em primeiro lugar, Cavalleiro fala em relação ao educando negro que pode apresentar auto-rejeição, baixa auto-estima, reconhecimento negativo de seu pertencimento racial, dificuldades de aprendizagem, recusa em ir à escola. Em segundo lugar, a autora trata das conseqüências para o educando branco que pode cristalizar um sentimento irreal de superioridade: racial, cultural, estética, intelectual e a percepção do racismo nas outras relações estabelecidas pelos outros educandos.

Já em relação às situações que podem contribuir para o fortalecimento dessa problemática, Cavalleiro cita como principais: os materiais pedagógicos que enfatizam a participação do negro, apenas durante o escravismo brasileiro, no universo pejorativo presentes em expressões e piadinhas, distribuição desigual de afeto, negação da diversidade racial brasileira na formação da equipe da escola e minimização do problema racial.

Considerações Finais

Sabe-se que esse artigo é insuficiente para tratar das questões que envolvem a discriminação contra as diferentes etnias, em especial a negra, no entanto é preciso está sempre como objeto das nossas indagações o fato que depois de contribuir com a formação desse país o negro foi lançado da pior forma possível à exclusão, sendo diariamente negada sua dignidade com discursos e práticas que contribuem com a construção da imagem negativa do negro em nossa sociedade.

De acordo com o resultado da análise das entrevistas, conclui-se que a imagem do negro não se alterou de forma positiva no imaginário dos educandos dessa instituição pública de ensino em relação ao combate ao racismo, igualdade de oportunidades e boas condições de moradia.

Nesse sentido, é urgente a necessidade dos educadores aplicarem com seriedade a lei 10.639/03 como um dos instrumentos na luta contra o racismo na tentativa de desconstruir a imagem negativa do negro em nossa sociedade, conforme defende Cavaleiro,

Entende-se, então, que uma despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, concorre para construção de indivíduos preconceituosos e discriminadores. . A ausência de um questionamento crítico sobre essa questão pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas em, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos à sua volta. (CAVALLEIRO, 1999:51)

Diante dos resultados obtidos, percebemos a importância de trabalhar a problemática do racismo, dentro e fora da escola, já que às práticas racistas e discriminatórias ultrapassam o espaço escolar e estão presentes nos comportamentos, práticas e estruturas de pensamentos do povo brasileiro. Bem como, verificamos a importância do comprometimento e da postura dos educadores ao trabalharem a temática do racismo nas escolas.

Referências Bibliográficas

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Identificando o Racismo, o Preconceito e a Discriminação Racial na Escola: Os Negros e a Escola Brasileira**. Ivan Costa Lima / Jeruse Romão/ Sônia M. Silveira (Orgs). Florianópolis. Nº 6, Núcleo de Estudos Negros/ NEN, 1999.

FAVERO, Yvie. **As Crianças e a lei 10639/03**, disponível em <<http://www.palmares.gov.br>> acessado em 04/04/2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de apoio a Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ORIÁ, Ricardo. **Ensino de História e Diversidade Cultural: Desafios e Possibilidades**, disponível em < <http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 04/04/2008.

STUDART, Guilherme, **Notas para a História do Ceará**. Lisboa: Tipografia Recreio, 1892, pág.-69-72

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser Negro no Brasil Hoje**. São Paulo. Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

Legislação

BRASIL. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da

rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 jan. 2003.